

UNIVERSIDADE TIRADENTES-UNIT

CURSO DE PEDAGOGIA

**ÂNGELA MARIA SANTOS GARCEZ
GIOVANNA ISMERIM CORREIA DE MELO SILVA
REGILÂNIA PAMPLONA SANTOS SILVA**

**EDUCAÇÃO INDÍGENA: TRIBO INDÍGENA XOKÓ
DE PORTO DA FOLHA**

Aracaju/SE
2011

**ÂNGELA MARIA SANTOS GARCEZ
GIOVANNA ISMERIM CORREIA DE MELO SILVA
REGILÂNIA PAMPLONA SANTOS SILVA**

**EDUCAÇÃO INDÍGENA: TRIBO INDÍGENA XOKÓ DE
PORTO DA FOLHA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para a
conclusão de Curso de Pedagogia a
Universidade Tiradentes-UNIT Campus
Centro.

Prof^a. Orientador (a): Prof^a. MSc. JOANA D`ARC COSTA

Aracaju/SE
2011

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a tribo indígena Xokó, que fica localizado Na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha, 200 km de Aracaju, única que restou no estado de Sergipe. A área de 960 mil m² abriga os cerca de 360 índios que atualmente habitam a região. Esta ilha preserva parcialmente as características do modo de viver do povo indígena. Em seguida apresenta-se a formação de professores para a educação indígena como um dilema e uma necessidade emergencial para o ensino brasileiro. Depoimento do cacique da tribo ainda existente em Sergipe e a localização da escola. Depois, mostra-se um caminho para melhorar a imagem equivocada do índio construída na escola. Por fim apresentam-se as considerações finais, destacando a necessidade de formação específica para professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação indígena; formação; escola.

ABSTRACT

This article discusses the Xokó Indian tribe, which is located on the Island of St. Peter, the city of Porto da Folha, 200 km from Aracaju, only one left in the state of Sergipe. The area is home to 960 000 m² about 360 Indians who now inhabit the region. This island partially preserves the characteristics of the way of life of indigenous people. Then we present the training of teachers for indigenous education as a dilemma and an urgent need for education in Brazil. Testimony of Chief of the tribe still existing in Sergipe and location of the school. Then it shows a way to improve the image of the Indian built in the wrong school. Finally we present the concluding remarks, highlighting the need for specific training for teachers

Keywords: Indigenous education, training, school

SUMÁRIO

BREVE HISTÓRICO	4
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA	6
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA	8
CARACTERIZANDO A CIDADE DE PORTO DA FOLHA-SE CIDADE DE GRANDE INFLUÊNCIA INDÍGENA	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

BREVE HISTÓRICO

O presente artigo tem como objetivo investigar as discriminações e preconceitos ainda arraigadas na sociedade brasileira. Foram travadas muitas lutas braçais, até chegar à situação atual. Hoje já se percebe uma preocupação maior em incluir nas escolas propostas para a educação escolar indígena. Essas propostas estão em formas de como abordar os conteúdos escolares no currículo da Educação Básica.

Nesta direção, a questão das sociedades indígenas, freqüentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido trabalhada de forma equivocada. Visto que dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto. Os livros didáticos, por outro lado, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da

Vejamos o que diz Grupioni (1992. P.13), “As organizações não-governamentais que diversidade étnica e cultural.

têm elaborado campanhas de apoio aos índios e produzido material informativo sobre eles, têm atingido uma parcela muito reduzida da sociedade”.

Assim, apesar da ampliação, nos últimos anos, do número daqueles que escrevem sobre os índios e de algumas tentativas de produção de materiais de divulgação, constatamos que o conhecimento produzido não tem tido o impacto que poderia ter. Os índios continuam sendo pouco conhecidos e muitos estereótipos sobre eles continuam criados sendo veiculados.

A consciência que os índios fazem parte da história da educação brasileira, precisa está imbricada na cultura e valores de um povo que já se encontrava aqui, até mesmo antes das primeiras tentativas de educação e das primeiras escolas que foram aos poucos sendo implantadas no Brasil.

Diante desse panorama histórico, do qual a cultura indígena faz parte, observamos a necessidade emergencial das escolas, principalmente as têm na sua história, raízes do povo indígena. È salutar resgatar nas salas de aula, através de projetos alternativos e de assuntos trabalhados em seu cotidiano; a língua, as crenças, a cultura e os valores dos povos indígenas. Inserir na educação escolar um modelo que inclua as especificidades indígenas, para que haja o verdadeiro reconhecimento a esses guerreiros que um dia foi considerado os verdadeiros donos dessa terra.

Dentro de um cenário de história da Educação brasileira marcado pelas discrepâncias entre raças e etnias, ainda se busca um modelo que contemple uma educação igualitária que traga no seu bojo a disseminação das diversas culturas e a história de todos os povos contados

sem sobrepor um povo a outro, mas sim de maneira a deixar clara a contribuição histórica de cada um no contexto macro da história do país.

A Constituição Federal no parágrafo 5º “assegura o direito de igualdade a todos, valendo-se da prerrogativa de que todos são iguais perante a lei”. Isso incute o fato de que as culturas, tradições, línguas e linguagens as mais variadas existentes em nosso território vem ser respeitadas dentro do contexto dessa igualdade. Ainda nos dias de hoje as reivindicações dos índios continua sendo a garantia da posse de suas terras e a conservação de sua cultura. Vejamos o que diz o cacique Apolônio entrevista para reafirmar a veracidade deste artigo.

Em Sergipe eram 5 a 6 grupos indígenas a 500 anos atrás. O povo xoko só veio assumir a sua identidade na década de 1970. Para assumir a sua identidade os índios eram proibidos de trabalhar na agricultura. Não podiam trabalhar na confecção da cerâmica, até décadas de 70 quem usasse o termo índio era expulso ou morto. Mesmo contrariando a vontade dos fazendeiros continuamos plantando e confeccionando a cerâmica. (APOLONIO, 20/11/2011)

Em terras sergipanas onde vivem até os dias atuais os índios Xokó enfrentaram barreiras pelo autoritarismo dos coronéis da época.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Com a necessidade de valorização das culturas indígenas presentes no Brasil, Meliá (1979, p.50), salienta que os portugueses na fase de colonização do Brasil buscaram assegurar um processo de ensino dominante, que tinha como objetivo levar o índio a atender aos interesses governamentais.

Nesse contexto, os jesuítas que chegaram ao Brasil no início do século XVI ao utilizarem o método de *ratio studiorum* em suas missões transformaram a realidade dos índios que habitavam no Brasil. Com a afirmação de Meliá pode-se concluir que objetivo dos jesuítas era a conversão dos indígenas ao cristianismo e aos valores europeus, pois a Igreja passava com um momento em que necessitava de novos adeptos, e os colonos precisavam de mão de obra para os seus empreendimentos.

Nos primórdios do século XVIII com a reforma pombalina, de catequizar o foco passou a ser civilizar os índios, pois com a expulsão dos jesuítas por Pombal, o enfoque da catequização foi substituído por concepções que continuaram a ver o índio como ser primitivo, cujas raízes eram incompatíveis com o progresso e a civilização. Com isso, inicia-se na história um momento de intensa exploração, sendo tirada boa parcela das terras que por direito seriam dos índios.

Já na época do Império não ocorreram mudanças significativas nesses propósitos, e cada vez mais o desrespeito à cultura e a história dos indígenas foi acontecendo, e também no que diz respeito à educação indígena, o objetivo era apenas o de “civilizar”, adequando os índios às pretensões de seus exploradores.

De acordo com o MEC, em 1822 mesmo o fato de a educação indígena estar presente nas agendas políticas da época, isso não significou que os índios tinham espaço e que isso representava a proteção aos seus interesses. Acreditava-se na época que a instrução dos índios só poderia ocorrer mediante a intervenção das missões religiosas. Essa situação tornou-se ainda mais crítica com a Constituição de 1891 que ignorou a existência dos índios no Brasil, constando apenas num decreto a transferência da responsabilidade, ao Estado.

Numa segunda fase da educação indígena no Brasil, destaca-se a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910 e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), trata-se de importantes iniciativas na luta pelo espaço dos índios, já até então bastante comprometida devido à exploração dos europeus na chegada ao Brasil.

Nos primórdios de 1900 começam a surgir as primeiras escolas indígenas sob a competência do acompanhamento do Ministério da Agricultura, surgindo uma nova legislação, fazendo com que o Estado assuma a proteção e a tutela dos indígenas.

Em 1973, sob a influência da Convenção 107/OIT na política indigenista, busca-se a alfabetização dos índios “na língua e no grupo a que pertencem”, contudo, não cita uma possível adaptação dos programas educacionais à língua, cultura, e outros temas específicos relacionados aos indígenas (VALENTINI, 2009, p.54).

Nesse período surgiram os grupos e organizações não governamentais de apoio aos indígenas, numa proposta de mobilização contrária à discriminação dentre os povos, buscando-se o respeito às diferenças. Assim, o movimento indígena iniciado através dessas manifestações ampliou-se para uma discussão intercultural, com intuito de defender as identidades étnicas.

Com os avanços na legislação, principalmente nos anos de 1980, ocorre uma intensa mobilização pela conquista da reestruturação da política indigenista do Estado. Com isso, a Constituição Federal de 1988 requer o reconhecimento da organização social, dos costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, lembrando também do direito sobre suas terras.

Na década de 1990, o MEC criou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, no sentido de garantir o direito a uma educação intercultural, além de criar escolas nas terras indígenas, que por sua vez deveria ter organização e regimentos escolares próprios.

Diante de todo esse contexto, os movimentos em prol de uma educação menos excludente foram tornando-se cada vez mais frequentes, transformando-se em novas possibilidades, e apontando para um momento diferenciado no Brasil no que diz respeito à educação indígena.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Educação Indígena passou por um processo de desestruturação desde a chegada da colonização europeia nas Américas, há mais de quinhentos anos. Esse momento de conquistas das terras e extermínio dos povos e suas culturas fizeram com que o mundo indígena passasse por uma dura transformação política, econômica, social e cultural. Assim, a educação tradicional dos povos passou a ter uma nova visão, europeia, uma educação que não respeita as diferenças existentes entre as sociedades, dessa maneira criando conflitos de identidade cultural e de nação. Assim, pode-se presumir que o Brasil, nos dias atuais, ainda não existe uma educação que busque a formação do cidadão. Por conta, disso, observa-se também nas escolas ainda há uma quantidade considerável de profissionais com a formação deficitária, o que coíbe uma melhor qualidade do ensino voltada a esses povos e sobre o que compete a história e cultura dos indígenas.

O artigo 210 da Constituição Brasileira estabelece que o Ensino Fundamental deva ser ministrado na Língua Portuguesa, respeitando e assegurando às sociedades indígenas a utilização de suas línguas maternas. Essa garantia é assegurada e regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que ainda estabelece a articulação dos sistemas de educação para a oferta da Educação Escolar Indígena em forma bilíngüe e intercultural, de modo que garanta a recuperação de sua cultura e sua história étnica.

Diante da necessidade de uma nova ressignificação do ensino com ênfase na história e cultura indígena, surge à necessidade emergente de se preparar os professores, oferecendo-lhes formação para que possam realizar na sala de aula um trabalho pedagógico que contemple a educação indígena. É preciso garantir uma aproximação maior com os conhecimentos sobre a história e cultura indígena.

Freire (2000, p.35) apresenta que no Brasil, aos índios foram direcionados alguns equívocos profundamente enraizados na consciência da sociedade e dos professores que dela fazem parte. Eles já foram identificados e discutidos pelos especialistas, embora essa discussão não tenha chegado até a sala de aula. Um dos equívocos diz respeito aos povos indígenas serem de culturas atrasados, mas ao contrário do que se pensam eles produziram no passado e continuam produzindo no presente saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião.

O desconhecimento aprofundado dos povos indígenas fez com que a escola veiculasse a imagem de que essas culturas são primitivas e atrasadas. De todos os equívocos difundidos pela escola e pela mídia, esse talvez seja o que está mais internalizado. Algumas línguas indígenas, por exemplo, continuam sendo vistas como línguas “inferiores”, “pobres”, “atrasadas”.

Cohn (2004, p 56) defende a idéia da necessidade de se formular um projeto pedagógico e nele garantir o respeito aos modos próprios de constituição e transmissão do saber da educação indígena, para tal deve-se criar condições de pedagogias indígenas, que tragam às salas de aula relações e práticas de aprendizado condizentes com as concepções indígenas de aprendizado, conhecimento e infância.

Ângelo (2003, p. 34) diz que num país como o Brasil, pluricultural e multiétnico, mas marcado pela desigualdade social, corrigir os erros do passado requer uma tomada de decisões e mudanças nas ações governamentais e uma reflexão profunda na história brasileira. A educação pode ser um dos instrumentos pedagógicos sociais para construir as relações interculturais, baseadas no diálogo entre as culturas.

“É preciso pensar a educação no contexto da diversidade cultural, direcionando ações concretas para organizar a educação indígena no âmbito escolar. A formação do professor seria um caminho viável, considerando as especificidades do processo educativo que respeite as diversidades culturais”. (HENRIQUE, 2009, p.67).

Diante desta afirmação, a qualificação de professores deve contar com a participação da comunidade indígena. Visto que seus saberes, sua cultura e seus interesses é ela quem domina, para isso os professores que são homens da dita “civilização” entram como participe da valorização e preservação da cultura indígena.

Reportando a situação da escola indígena em Sergipe. Investigamos como funciona especificamente a escola da aldeia Xokó.

Todos os professores são funcionários concursados do Estado além de serem capacitados e graduados. Todos os educadores que são direcionados a aldeia são escolhidos pela comunidade indígena Xokó, pois os mesmo tem que estar preparados de acordo com a cultura e costumes dos indígenas.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação as comunidades Xokó e Quilombola contam com 110 alunos matriculados. O Colégio Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro oferece a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. O Colégio Estadual

Quilombola 27 de Março, também oferece a Educação Básica e conta com 237 alunos matriculados. Esses são dados recentes fornecidos pela SEED.

CARACTERIZANDO A CIDADE DE PORTO DA FOLHA-SE CIDADE DE GRANDE INFLUÊNCIA INDÍGENA

Caracterização

Na Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha, 200 km de Aracaju, fica a aldeia da tribo indígena Xokó, única que restou no estado de Sergipe após longa devastação indígena. A área de 960 mil metros quadrados. Abriga cerca de 360 índios, que atualmente habitam a região. Esta ilha preserva parcialmente as características do modo de viver do povo indígena.

As moradias da tribo são feitas de alvenaria, e em sua construção os índios utilizam a madeira de diversas árvores para fazer os barrotes e tábuas. Algumas outras casas são de taipa, sendo essas cobertas por telhas.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios (2011, p.01),

... no final do século XVIII foi fundada, nas terras do chefe indígena Pindaíba, a Missão de São Pedro de Porto da Folha, sediada na Ilha de São Pedro. Lá viviam cerca de 300 índios que, para sobreviver, caçavam, pescavam e tinham uma pequena lavoura de mandioca. A comunidade foi entregue a sacerdotes capuchinhos e jesuítas e, atualmente, todas as famílias que habitam a Ilha de São Pedro são índios Xokós.

Como se pode observar encontra-se esta situação de vida até os dias de hoje. A herança cultural é muito solidificada e conservada pelo seu povo. Aqui podemos encontrar como aliados a essa preservação Escola formal, através de seus conteúdos.

Tem como características o artesanato. Segundo informações contidas em documentos e fontes de pesquisas, como monografias e acessos on-line destaca que no início a cerâmica era o forte na aldeia. Essa atividade era direcionada as mulheres da tribo. Elas confeccionavam potes, panelas e frigideiras entre outros utensílios, nos locais que viviam e também serviam de olaria. A educação dada às meninas da casa era puramente informal aprendiam com a mãe a arte. Objetivavam ajudar o marido a criarem os filhos. Apesar disso, os homens se responsabilizavam do trabalho mais pesado e rude como: pegar no barreiro a matéria prima. Depois desse procedimento peneirava e transformava o barro em pó e assim as mulheres assumiam as suas responsabilidades que era a produção de cerâmica.

Uirã ou Braúna destacado na aldeia pelo fato de extrair elementos da própria natureza como: o bambu, penas de diversos pássaros e algumas espécies de madeira encontradas na região, como a pereiro e o pinheiro vermelho. Dentre os materiais utilizados estão ossos e dentes de animais que morrem na mata. Utilizando-as para a confecção de peças artesanais, e o mais importante é que a matéria prima é coletada sem que ocasione nenhuma degradação ambiental. A produção da cerâmica só chegou ao fim, no ano de 1970 com a evolução tecnológica e a chegada fogão a gás e das panelas de alumínio. Antes as panelas de barro eram muito utilizadas pela população urbana e principalmente rural, consideradas civilizadas. Para os índios, os materiais utilizados na criação das peças e indumentário constroem sua própria identidade, pois conseguem utilizar em seus próprios rituais. Os artesanatos podem ser vendidos na própria comunidade ou pela internet

Com relação à educação, observa-se que ainda é predominante a tradição indígena que é passada de pais para filhos e prevalece a transição das gerações, neste aspecto recorreremos a Brandão (2006, p.9)

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Apesar da afirmação de Brandão e do respeito que se tem à cultura indígena entende-se que a educação escolar se faz necessário, como parceria para a evolução e valorização da tradição dos índios Xokó.(Braúna é uma árvore resistente e forte por isso que o atual Cacique na aldeia tem esse nome)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quase totalidade da população brasileira jamais visitou uma aldeia indígena nem teve contato pessoal com qualquer índio. A representação que cada brasileiro tem do índio, como regra geral, é aquele que lhe foi transmitida na sala de aula pelo professor, com ajuda do livro didático, e é reproduzida pela mídia. Dessa forma, cabe à escola uma grande responsabilidade na construção da imagem que os brasileiros têm sobre os índios e sobre si mesma como produtos que são, entre outras, da matriz cultural indígena.

Sobre essa questão, o papel da escola deve ser contextualizado para atender às reais necessidades de educação sem excluir, fazendo-se conhecer com detalhes os valores, a cultura e a história indígena, acabando com a visão unívoca do índio passada ao longo dos tempos, que quase sempre o representou como ser inferior. É importante que a Escola junto com os seus profissionais busque a valorização da língua indígena e sua importância para o país, a história dos índios no Brasil desde antes da colonização, e assim possam mostrar a participação dos diferentes povos indígenas na formação cultural brasileira.

É possível que, como formação específica dos professores sobre a cultura indígena o ambiente da sala de aula possa transformar-se num local promissor para a quebra de preconceitos e barreiras implantadas nas escolas com relação a povos que constituem a sociedade brasileira, como é o caso dos índios. É preciso uma nova conscientização não só da escola, mas da sociedade em conjunto, para que todos reconheçam o papel de cada cultura e etnia na formação do Brasil.

A sala de aula é o espaço propício para que mudanças significativas aconteçam por isso ele deve estar repleto de materiais e de apoio profissional que apresente através da prática pedagógica cotidiana os valores, a língua, a cultura e a história dos índios, sem, portanto diminuí-lo ou estar comparando o valor de uma cultura, sobrepondo-a a outra, pois todos possuem a mesma relevância dentro de um contexto geral da história brasileira.

Cabe então à escola mobilizar-se no sentido de lançar propostas de trabalhos no âmbito escolar com foco de instruir seus alunos e levá-los ao verdadeiro conhecimento, de uma forma intercultural. Assim, o professor deve tornar-se o principal instrumento que viabilizará novos olhares dos alunos à cultura e história indígena.

Portanto, devem-se construir relações positivas entre educação e diversidade cultural, ponto importante para as mudanças nas ações, posturas e idéias equivocadas que degeneram as sociedades. A educação tem o dever de educar e reeducar a sociedade para o convívio com a diferença.

Segundo Apolônio a cultura indígena tem que ser resgatada para que mudanças aconteçam nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, Francisca Novatino P. de. **A Educação escolar indígena e a diversidade cultural no Brasil**. 2003. Disponível em: www.forumeja.org.br/.../. Acesso feito em: 15 de julho de 2011.

COHN, Clarice. **Notas sobre a escolarização indígena no Brasil**. UFSCAR, 2004. Disponível em: www.acoesafirmativas.ufscar.br/arquivos/notas-sobre-a-escolarizacao-indigena-no-brasil. Acesso feito em: 15 de julho de 2011.

FREIRE, José R. Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio**. Manaus: Cenesch (Setor de Publicações). Série Conferências, Estudos e Palestras. n.1, p.17-34, set. 2000.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi - "**As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada**" in (Org.) - **índios no Brasil**, SMC-SP, São Paulo, 1992, págs.13-28.

HENRIQUES, Ricardo. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos Secad. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf> Acesso feito em 25 de julho de 2011.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, S. Paulo: Saraiva: 2008.

MELIÁ, Bartomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo, Loyola, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries**, Brasília, 1997.

REZENDE, Justino Sarmiento. **Repensando a educação indígena**. Iauaretê, 2004. Disponível em: www.isma.org.br/artigos/educacao_indigena.pdf. Acesso feito em: 17 de julho de 2011.

VALENTINI, Aline de Alcântara. **Histórico da educação escolar indígena**. Dezembro de 2009. Edição nº 7. Ano 3. Disponível em: <http://www.unicaieiras.com.br/revista/artigos/HIST%CE%93RICO%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%30ESCOLAR%20IND%20GENA.htm>. Acesso feito em 04 de agosto de 2011.